

Centrais sindicais pressionam Haddad por isenção total de imposto sobre PLR



Representantes das principais centrais sindicais do país articulam uma audiência com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para discutir a ampliação da isenção de impostos sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A ideia é aproveitar o momento político favorável, em que o governo busca aprovar a isenção do IR para trabalhadores com salários de até R\$ 5 mil, para incluir também a reivindicação sobre os ganhos extras de PLR.

Atualmente, os trabalhadores que recebem até R\$ 7.640,00 a título de PLR estão isentos de tributação. No entanto, categorias mais organizadas e com maior capacidade de negociação, como bancários e metalúrgicos, frequentemente superam esse valor e acabam sendo taxadas. Essas categorias vêm defendendo, há anos, a isenção total desses rendimentos, considerados frutos diretos da produtividade dos empregados.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já se manifestou a favor da proposta, mas o projeto que trata da isenção total de PLR está parado no Congresso Nacional. A expectativa dos sindicatos é que a mobilização ganhe fôlego no período que antecede o Dia do Trabalhador.

Lideranças sindicais consideram que a equiparação do tratamento tributário da PLR a outros benefícios isentos é uma questão de justiça fiscal. Eles argumentam que os valores recebidos por meio da participação nos lucros não configuram salários fixos, mas sim bonificações vinculadas à performance das empresas, o que justificaria um tratamento diferenciado.

Além disso, a proposta se conecta à postura do governo federal de valorização do trabalho e da recuperação do poder de compra da população. Se acolhida, a medida beneficiaria diretamente trabalhadores do setor privado em segmentos com negociações coletivas mais robustas.

A articulação das centrais visa ainda acelerar o debate no Congresso. Com o apoio já declarado de Lula, os sindicalistas acreditam que a pressão sobre Haddad poderá destravar a tramitação do projeto.

A audiência com o ministro ainda não tem data confirmada, mas os sindicatos trabalham para que ela ocorra antes do feriado de 1º de maio, quando o tema deverá ganhar visibilidade nos atos públicos organizados em todo o país.

Atendimento Jurídico (quinta-feira 27/03)

A advogada Paula Baptista, do escritório Baptista & Reis Advogados Associados, estará em atendimento presencial na sede do sindicato, nessa quinta-feira, dia 27/03, das 13h30 às 17h, esclarecendo dúvidas sobre as áreas trabalhista, cível e previdenciária.